



TRT-16ª REGIÃO
Maranhão

RELATÓRIO DE GESTÃO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DO CONTADOR

2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DO CONTADOR

APRESENTAÇÃO	3
1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
Balanco Patrimonial	5
Demonstração das Variações Patrimoniais	7
Balanco Orçamentário	8
Balanco Financeiro	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas	11
2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	16
3. REFERÊNCIAS	19

Estas são as Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Segundo o Manual SIAFI, o objetivo das demonstrações contábeis é divulgar aos usuários os ativos e passivos, as receitas e despesas orçamentárias, bem como as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de determinada entidade, durante o exercício financeiro ou determinado período.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) estão de acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A Conformidade Contábil tem como objeto principal as demonstrações contábeis e suas notas explicativas e deverá oferecer segurança suficiente sobre o resultado da avaliação desse objeto. O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

As Demonstrações Contábeis do TRT16 são compostas de: **Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.**

Todas as Demonstrações apresentadas neste documento estão com valores em unidades de real.

De acordo com a Macrofunção 020315 do SIAFI a Declaração Anual do Contador é o documento que evidenciará se as demonstrações contábeis encerradas no exercício estão, em aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320, de 1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI. A Declaração também deverá indicar ao usuário das informações sobre possíveis inconsistências relevantes, para que eles as considerem em suas análises.

A Declaração do Contador é a comunicação direta com o usuário da informação contida nas demonstrações contábeis e deverá refletir a conformidade contábil do mês de encerramento do exercício.

A Declaração Anual do Contador implicará que o contador avaliou se as demonstrações contábeis divulgam apropriadamente as principais políticas contábeis aplicadas; se as estimativas contábeis feitas são razoáveis; se as informações apresentadas nas demonstrações contábeis são relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis. As informações que deveriam ter sido incluídas foram incluídas e se essas informações estão adequadamente classificadas; e, se as demonstrações contábeis fornecem divulgações adequadas para permitir que os usuários entendam o efeito de transações e eventos relevantes sobre as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

ITEM 1

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	8.482.167,87	6.221.666,70	PASSIVO CIRCULANTE	3.276.770,02	145.018,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.408.917,14	3.997.120,61	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.204.989,77	9.776,83
Créditos a Curto Prazo	1.419.447,43	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.419.447,43	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29.916,61	91.581,10
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	1.541.686,59	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	653.763,27	673.762,80	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	41.863,64	43.660,40
VPDs Pagas Antecipadamente	40,03	9.096,70	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.872,93	491.509,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE	58.600.281,01	68.938.781,89	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	484.637,03
Ativo Realizável a Longo Prazo	226.698,28	233.757,41	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	226.698,28	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	226.698,28	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	233.757,41	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	6.872,93	6.872,93
Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.283.642,95	636.528,29
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	63.798.805,93	74.523.920,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	421.286,22	9.814.450,69
Imobilizado	56.404.632,53	66.751.579,48	Resultados de Exercícios Anteriores	74.523.920,30	62.474.277,25
Bens Móveis	16.213.183,16	26.622.312,70	Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.146.400,59	2.235.192,36
Bens Móveis	34.652.441,11	32.574.718,01	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-18.439.257,95	-5.952.405,31	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.798.805,93	74.523.920,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	40.191.449,37	40.129.266,78			
Bens Imóveis	40.196.532,78	40.129.561,86			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.083,41	-295,08			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.968.950,20	1.953.445,00			
Softwares	1.968.950,20	1.953.445,00			
Softwares	2.762.864,62	2.747.359,42			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-793.914,42	-793.914,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	67.082.448,88	75.160.448,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.082.448,88	75.160.448,59

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	6.408.917,14	3.997.120,61	PASSIVO FINANCEIRO	4.439.121,36	1.916.087,12
ATIVO PERMANENTE	60.673.531,74	71.163.327,98	PASSIVO PERMANENTE	2.755.684,77	537.824,73
			SALDO PATRIMONIAL	59.887.642,75	72.706.536,74

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	633.142,13
Recursos Vinculados	1.336.653,65
Previdência Social (RPPS)	20.259,17
Alienação de Bens e Direitos	132.912,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.183.482,14
TOTAL	1.969.795,78

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.176.310,53	6.874.442,42	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	23.029.520,26	37.124.043,77
Atos Potenciais Ativos	7.176.310,53	6.874.442,42	Atos Potenciais Passivos	23.029.520,26	37.124.043,77
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.418.645,44	3.116.777,33	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	3.757.665,09	3.757.665,09	Obrigações Contratuais	23.029.520,26	37.124.043,77
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	7.176.310,53	6.874.442,42	TOTAL	23.029.520,26	37.124.043,77

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	254.068.511,93	278.334.333,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.824.975,40	3.596.128,22
Taxas	2.824.975,40	3.596.128,22
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	73.613,55	77.945,94
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	73.613,55	77.945,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.643,21	8.173,87
Juros e Encargos de Mora	928,37	134,44
Variações Monetárias e Cambiais	11.714,84	8.039,43
Transferências e Delegações Recebidas	250.464.003,13	249.006.223,82
Transferências Intragovernamentais	248.999.228,63	246.441.939,76
Transferências Intergovernamentais	1.464.774,50	1.464.284,06
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	1.100.000,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	271.994,59	25.315.798,95
Ganhos com Desincorporação de Passivos	271.994,59	859.780,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	421.282,05	330.062,60
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	421.282,05	330.062,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	253.647.225,71	268.519.882,71
Pessoal e Encargos	186.605.854,18	186.632.355,33
Remuneração a Pessoal	147.007.342,20	147.356.228,91
Encargos Patronais	30.269.734,92	25.441.813,75
Benefícios a Pessoal	8.419.116,46	12.830.697,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	909.660,60	1.003.614,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.450.988,29	25.653.166,96
Aposentadorias e Reformas	22.442.785,29	22.059.822,34
Pensões	3.873.846,54	3.538.156,86
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.134.356,46	55.187,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.105.354,30	24.439.623,47
Uso de Material de Consumo	449.113,64	996.624,70
Serviços	13.140.957,85	20.492.805,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.515.282,81	2.950.192,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.923,74	259,03
Juros e Encargos de Mora	1.286,41	159,44
Variações Monetárias e Cambiais	1.637,33	99,59
Transferências e Delegações Concedidas	3.210.975,48	8.077.279,80
Transferências Intragovernamentais	3.210.975,48	7.748.285,11
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	328.994,69
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.112.391,19	23.491.586,54
Incorporação de Passivos	16.867.933,32	5.983.607,60
Desincorporação de Ativos	244.457,87	17.507.978,94
Tributárias	158.738,53	217.403,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	266,34	257,88
Contribuições	158.472,19	217.145,86
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	8.207,84
Premiações	-	8.207,84
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	421.286,22	9.814.450,69

1.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA					DESPESA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	DESPESAS CORRENTES	236.145.464,00	236.013.048,00	248.985.486,40	245.171.856,02	245.171.856,02	-12.972.438,40
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	202.582.423,00	207.757.346,00	221.249.187,96	219.041.867,08	219.041.867,08	-13.491.841,96
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-	Outras Despesas Correntes	33.563.041,00	28.255.702,00	27.736.298,44	26.129.988,94	26.129.988,94	519.403,56
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	-	2.177.019,00	1.848.193,86	1.577.177,02	1.577.177,02	328.825,14
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-	Investimentos	-	2.177.019,00	1.848.193,86	1.577.177,02	1.577.177,02	328.825,14
DEFICIT	-	-	250.833.680,26	250.833.680,26	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	208.224,00	208.224,00	-	-	-	208.224,00
TOTAL	-	-	250.833.680,26	250.833.680,26	SUBTOTAL DAS DESPESAS	236.353.688,00	238.398.291,00	250.833.680,26	246.749.033,04	246.749.033,04	-12.435.389,26
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	236.353.688,00	238.398.291,00	250.833.680,26	246.749.033,04	246.749.033,04	-12.435.389,26
					TOTAL	236.353.688,00	238.398.291,00	250.833.680,26	246.749.033,04	246.749.033,04	-12.435.389,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	79.090,55	639.912,64	569.377,85	569.377,85	60.580,86	89.044,48
Pessoal e Encargos Sociais	-	60.942,31	60.942,31	60.942,31	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.090,55	578.970,33	508.435,54	508.435,54	60.580,86	89.044,48
DESPESAS DE CAPITAL	294.764,80	804.521,20	869.485,47	869.485,47	13.107,44	216.693,09
Investimentos	294.764,80	804.521,20	869.485,47	869.485,47	13.107,44	216.693,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	373.855,35	1.444.433,84	1.438.863,32	1.438.863,32	73.688,30	305.737,57

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	7.589,82	7.339,44	250,38	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	508,54	508,54	-	-
Outras Despesas Correntes	-	7.081,28	6.830,90	250,38	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	40.183,32	40.183,32	-	-
Investimentos	-	40.183,32	40.183,32	-	-
TOTAL	-	47.773,14	47.522,76	250,38	0,00

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4. BALANÇO FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
	2020	2019	2020	2019	
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	250.833.680,26	247.943.187,62
Ordinárias	-	-	Ordinárias	216.526.698,85	223.594.253,76
Vinculadas	-	-	Vinculadas	34.306.981,41	24.348.933,86
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.908.827,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	26.368.911,77	22.813.073,80
			Dívida Pública	1.153.456,12	
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.875.786,52	1.535.860,06
Transferências Financeiras Recebidas	248.999.228,63	246.441.939,76	Transferências Financeiras Concedidas	3.210.975,48	3.833.382,45
Resultantes da Execução Orçamentária	248.906.225,59	246.399.721,98	Resultantes da Execução Orçamentária	-	1.150,73
Sub-repasse Recebido	248.906.225,59	246.399.721,98	Sub-repasse Devolvido		1.150,73
Independentes da Execução Orçamentária	93.003,04	42.217,78	Independentes da Execução Orçamentária	3.210.975,48	3.832.231,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.107,44	8.015,34	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	47.203,38	8.024,39
Demais Transferências Recebidas	39.807,80	17.076,17	Demais Transferências Concedidas		32,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais	40.087,80	17.126,27	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.163.772,10	3.824.174,93
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	8.984.824,65	7.149.034,20	Pagamentos Extraorçamentários	1.527.601,01	2.899.777,37
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	47.773,14	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	47.522,76	182.574,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.084.647,22	1.444.433,84	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.438.863,32	2.619.835,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	39.926,71	94.894,85	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.214,93	97.366,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.860.250,72	5.561.932,37	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	0,30
Arrecadação de Outra Unidade	4.860.250,72	5.508.327,03	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		0,30
Demais Recebimentos		53.605,34			
Saldo do Exercício Anterior	3.997.120,61	5.082.494,09	Saldo para o Exercício Seguinte	6.408.917,14	3.997.120,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997.120,61	5.082.494,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.408.917,14	3.997.120,61
TOTAL	261.981.173,89	258.673.468,05	TOTAL	261.981.173,89	258.673.468,05

1.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.898.642,34	3.483.218,11
INGRESSOS	253.899.406,06	252.098.766,98
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	253.899.406,06	252.098.766,98
Ingressos Extraorçamentários	39.926,71	94.894,85
Transferências Financeiras Recebidas	248.999.228,63	246.441.939,76
Arrecadação de Outra Unidade	4.860.250,72	5.508.327,03
Demais Recebimentos	-	53.605,34
DESEMBOLSOS	-249.000.763,72	-248.615.548,87
Pessoal e Demais Despesas	-216.481.531,75	-219.847.003,31
Judiciário	-176.349.452,96	-187.612.552,35
Previdência Social	-26.392.390,57	-26.254.620,06
Encargos Especiais	-13.739.688,22	-5.979.830,60
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-0,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-29.267.041,56	-24.837.796,19
Intragovernamentais	-29.267.041,56	-24.837.796,19
Outros Desembolsos Operacionais	-3.252.190,41	-3.930.749,37
Dispêndios Extraorçamentários	-41.214,93	-97.366,92
Transferências Financeiras Concedidas	-3.210.975,48	-3.833.382,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.486.845,81	-4.568.591,59
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-2.486.845,81	-4.568.591,59
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.089.948,61	-4.169.955,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-396.897,20	-398.635,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.411.796,53	-1.085.373,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.997.120,61	5.082.494,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.408.917,14	3.997.120,61

1.6. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – REGISTRO DE IMÓVEIS NO SPIUNET

A composição da conta contábil de Bens Imóveis pertencentes a este Tribunal divide-os em bens registrados ou não no Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET.

Apesar do avanço dos valores registrados e atualizados em 2019, não houve variação relevante quando comparados os anos de 2020 e 2019. Porém ainda há imóveis que necessitam de regularização junto ao SPU.

NOTA 2 – DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS

Outro ponto a destacar são os valores da Depreciação Acumulada de Bens Imóveis. Com as reavaliações lançadas no final de 2019, esses valores tiveram maior representatividade no exercício de 2020, conforme tabela abaixo.

Deve-se registrar que o lançamento da depreciação dos bens da União é competência da SPU, por meio do SPIUNET.

2020	2019
DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS
Saldo R\$	Saldo R\$
(5.083,41)	(295,08)

1.6. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 3 – PASSIVOS CONTINGENTES

O saldo dos Passivos Contingentes Previstos decorrentes de cancelamentos de Precatórios/RPV foram transferidos para Passivos Contingentes Não Confirmados, em face de mudanças no critério de contabilização, onde ficou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho responsável pelos registros na UG170013, em atendimento ao item 9.11.15 da Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Apenas foi atualizado saldo da conta Passivos Contingentes Previstos o conta corrente de remuneração referente a valor ainda sem definição positiva ou negativa acerca de sua confirmação.

NOTA 4 – RESTRIÇÕES NA CONFORMIDADE CONTÁBIL

Houve mudança de critério também quanto ao sistema de inclusão da conformidade de registro de gestão dos dias de janeiro de 2021 em que foram feitos acertos referentes ao fechamento de dezembro/2020, gerando restrição contábil por falta de conformidade de registro de gestão para o mês de dezembro/2020.

Outra restrição relevante foi a decorrente da Nota Explicativa nº 1 que já acompanha o Balanço da TRT16 há alguns anos e apesar da atualização dos valores dos imóveis, ainda existem bens imóveis a serem incluídos e regularizados no SPIUNET.

1.6. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 5 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores contabilizados diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores deste Tribunal referem-se a registro de passivo de fornecedores/honorários periciais sem suporte orçamentário de exercícios anteriores reconhecidos no exercício de 2020, inclusive encargo patronais; entrada de material de produção própria concluídos no exercício de 2020; regularização de depreciação acumulada de exercícios anteriores; e, registro/reclassificação/atualização de passivos administrativos, conforme orientação da Setorial Contábil do CSJT.

Conta Contábil		DEZ/2020	DEZ/2019
		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
237110201	SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	74.568.323,77	62.474.277,25
237110300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(11.006.754,65)	2.279.595,83
237150200	SUPERAVITS / DEFICITS EXERC ANTER	(44.403,47)	
237150300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES - INTER MUN	(139.645,94)	(44.403,47)
Resultados Acumulados		63.377.519,71	64.709.469,61

NOTA 6 – SALDOS DIVERGENTES ENTRE SCMP E SIAFI

Ao longo do exercício de 2020, houve a observação de divergências relevantes entre os saldos contábeis do SCMP e do SIAFI. A situação se deu por uma falha na importação do sistema de patrimônio – SCMP – que não refletiu a conta de bens de uso duradouro.

Tal problema também foi observado na conta de ativos intangíveis pois o sistema de patrimônio anterior não possuía contas específicas para o controle dos softwares. Desta forma, ainda em 2020, os bens intangíveis, apesar de devidamente registrados no SIAFI, não foram refletidos no SCMP.

1.6. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 7 – REGISTRO DE PASSIVOS DE PESSOAL

Em cumprimento da Mensagem CFIN/CSJT 34/2019 e da Nota Técnica SEOFI.CSJT Nº 1/2019 o registro dos passivos de pessoal sem suporte orçamentário no exercício de 2020 foi devidamente realizado, refletindo em aumento de passivo de pessoal deste Tribunal.

Os lançamentos dos passivos são feitos com base em planilha apresentada pelo Núcleo da Folha de Pagamento, setor responsável pelo cálculo e atualização desses.

Como é possível verificar na tabela ao lado, houve aumento significativo de valores registrados de 2019 para 2020. Isso se deu pelo reconhecimento da dívida referente a Gratificação por Exercício de Atividade de Segurança – GAS com seu respectivo patronal de PSSS bem como da dívida referente a ajustes de proventos de Juízes Classistas.

Atualmente, o tipo de passivo com maior expressividade no balanço deste Tribunal está caracterizado como “outros”, nele incluídos os valores devidos acima citados.

PASSIVOS DE PESSOAL 2020



OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
TIPO	2020	2019
PAE	0,00	0,00
PSSS PAE	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO	0,00	0,00
AUX ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00
ABONO PERMANENCIA	0,00	80.521,51
ADIC. INSAL. E PERICUL	0,00	1.288,85
HORAS EXTRAS	0,00	35.229,12
DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES	0,00	29.526,91
OUTROS – Grat. Ativ. Segurança com Patronal	453.230,81	338.592,47
OUTROS - Ajustes a proventos de Classistas	2.751.758,96	0,00
TOTAL	3.204.989,77	485.158,86

ITEM 2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O Setor de Contabilidade Analítica compõe a estrutura da Secretaria de Orçamento e Finanças, vinculada à Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. O escopo desta declaração considera as demonstrações contábeis consolidadas da Unidade Gestora 080018 Gestão 00001.

O registro da conformidade contábil é realizado pelo Setor de Contabilidade Analítica, conforme orienta o Manual SIAFI. Este é o um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema onde são executados todos os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis são:

- ✓ Balanço Patrimonial
- ✓ Balanço Orçamentário

- ✓ Balanço Financeiro
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa
- ✓ Demonstrações das Variações Patrimoniais
- ✓ Notas Explicativas

As demonstrações foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes no Brasil, como a Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª edição). As DCON foram emitidas a partir de informações constantes do SIAFI e consolidadas das contas contábeis desta unidade integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

AVANÇOS

Cabe ressaltar que no exercício de 2020 houve um avanço considerável para a melhora da informação contábil com as atualizações do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP, que proporcionou padronização nacional no que tange à Justiça do Trabalho e melhorou o acompanhamento do patrimônio. Tal sistema possui uma gama de relatórios maior e mais didáticos, com previsão de gastos para meses futuros e verificação de materiais de consumo a vencer; ele também tornou a movimentação de bens mais célere sem perder o controle das transações, mantendo os dados das movimentações dentro do próprio sistema, possibilitando, por conseguinte, a economia em materiais de consumo, tais como de papel.

RESSALVAS

Em razão da complexidade das informações e da amplitude e diversidade de alguns processos de trabalho, cabem os seguintes destaques como desafios a serem superados:

- ✓ Apesar do avanço, os registros dos bens imóveis deste Tribunal no SPIUNET ainda estão incompletos, de forma que o valor refletido no Balanço Patrimonial não está adequado à realidade das informações factuais. Tal inadequação se deu por motivos que extrapolam a competência deste Setor de Contabilidade.
- ✓ Pelo motivo acima, fica também prejudicada o lançamento adequado da depreciação dos bens imóveis.
- ✓ Apesar do avanço com o novo sistema de patrimônio, houve alguns entraves quanto à importação de dados de uma das contas de bens móveis, bem como a percepção de que os bens intangíveis ainda não estavam devidamente inseridos e controlados pelo sistema de patrimônio.
- ✓ Há utilização parcial do princípio da competência.
- ✓ O registro de reavaliação de bens ainda não é perfeito, conforme consta na Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e redução ao valor recuperável.

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ressalvas apontadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

São Luís/MA, 09 de fevereiro de 2021
Laena Ticiane Santos Cardoso Barros
CRC nº MA-012953/O-0
Contadora Responsável

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região atendem as premissas da contabilidade aplicada ao setor público, bem como as macrofunções do SIAFI. São atendidas também as determinações da setorial contábil deste Regional localizada no Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

ITEM 3 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

_____. Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento Do Exercício. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1554:020318-encerramento-do-exercicio&catid=749&Itemid=376>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

_____. Macrofunção SIAFI 020315 - Conformidade Contábil. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1551:020315-conformidade-contabil&catid=749&Itemid=376>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição. Ministério da Fazenda: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público (NBC TSP). Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.